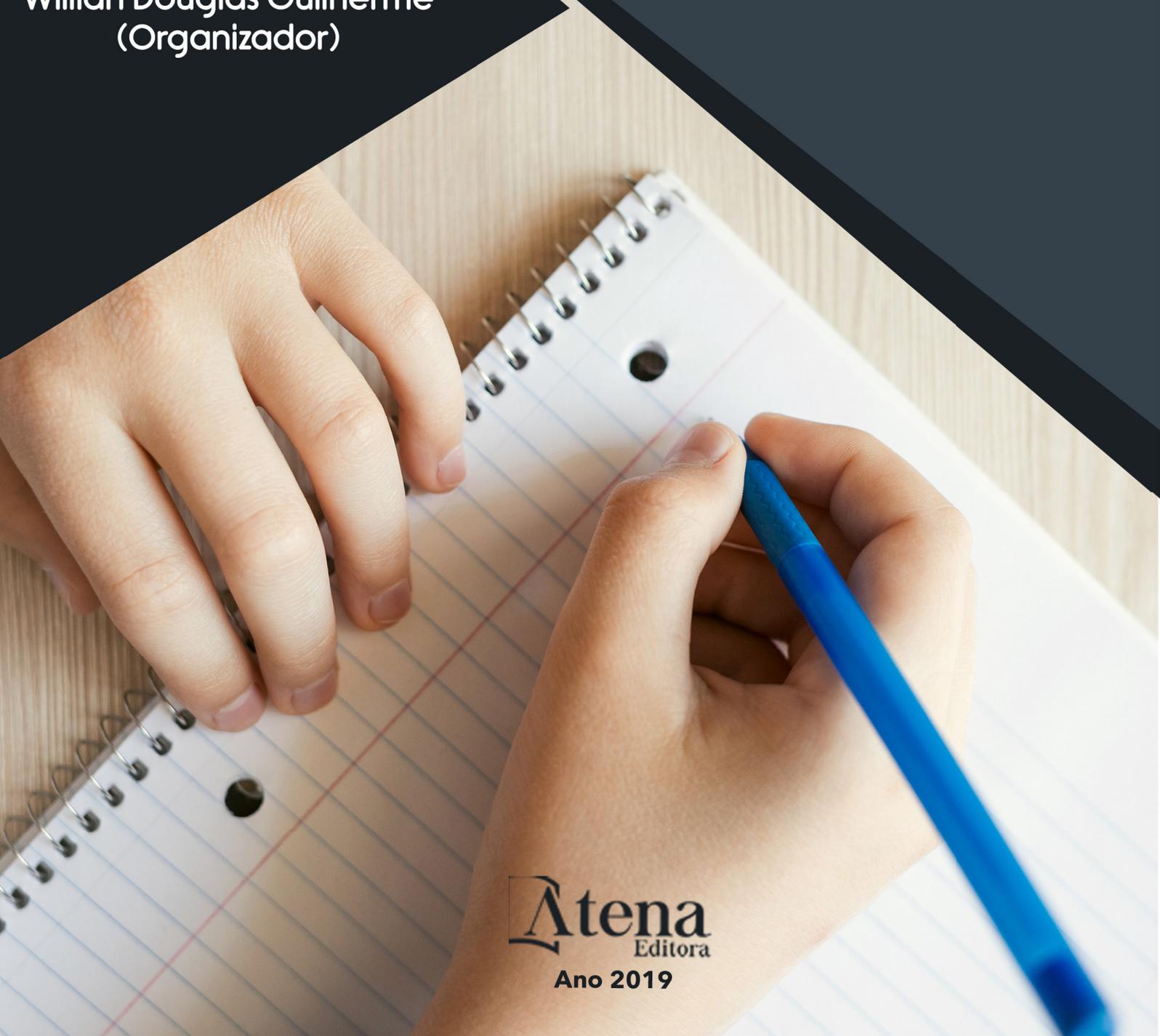


Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 12

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

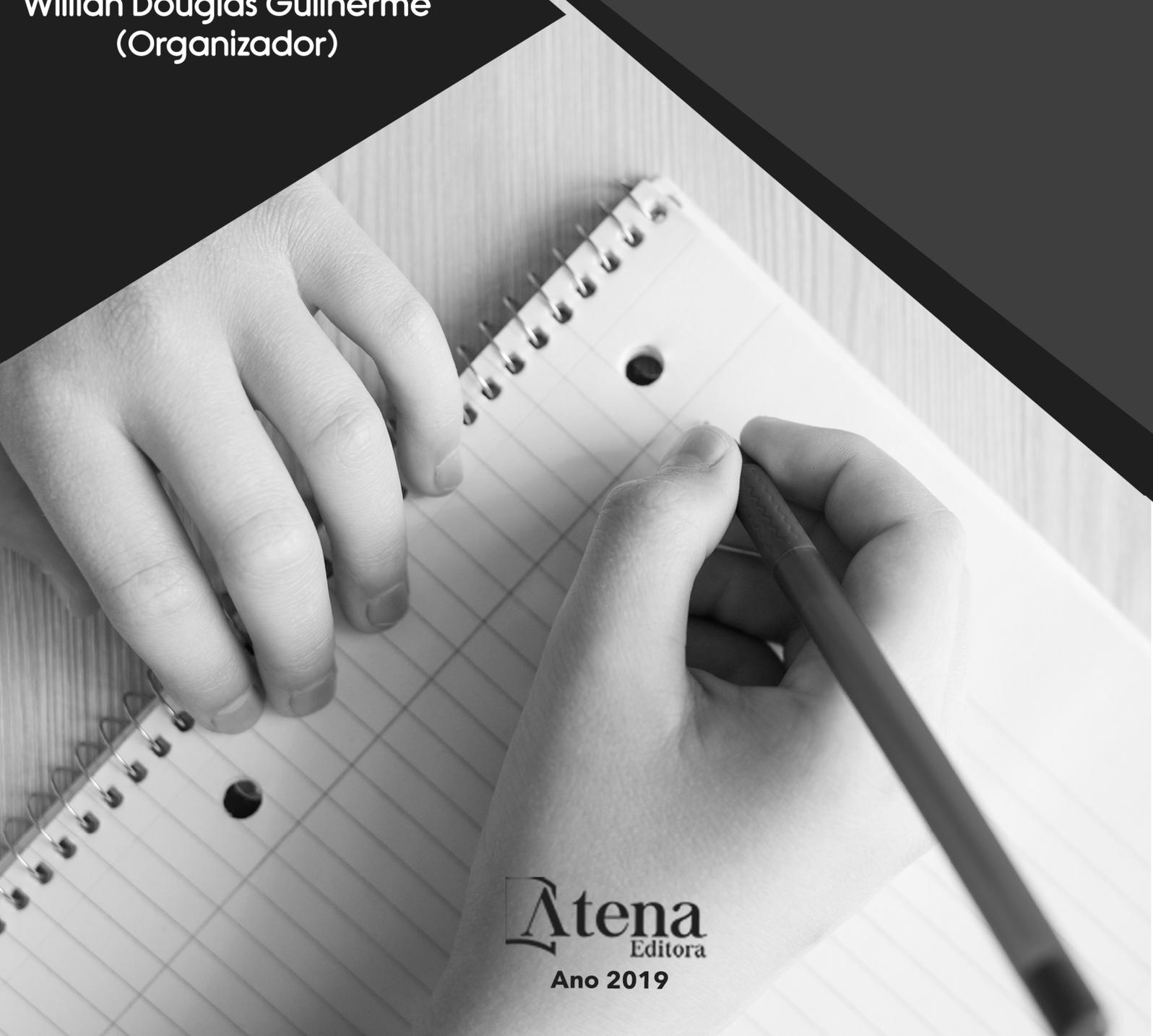


Atena
Editora

Ano 2019

Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 12

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 12 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 12)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-758-1 DOI 10.22533/at.ed.581191211</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Estamos na décima primeira edição do e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”. Foram selecionados 77 artigos e estes, separados em 3 volumes. O objetivo em organizar esta coligação foi dar visibilidade a temas contemporâneos que envolvem e discutem a educação, sobretudo, voltados as temáticas da avaliação e políticas educacionais e expansão da educação brasileira.

Neste **Volume XI**, são 27 artigos englobando o ensino fundamental e médio, trazendo embates sobre o processo de alfabetização, ensino de matemática, saúde, meio ambiente, metodologias, currículo, políticas públicas e relatos de experiências.

No **Volume XII** são 26 artigos subdivididos em 4 partes distintas, sendo a primeira, em torno do Ensino Superior; a segunda, Formação de Professores; a terceira, Educação de Jovens e Adultos (EJA); e por fim, História e Política.

E no **décimo terceiro volume**, são 24 artigos, organizados em 3 partes: Educação Infantil; Uso de Tecnologias na Educação e; Educação e Diversidade. Os artigos apresentam resultados de pesquisas conforme objetivo deste e-book, abordando temáticas atuais dentro de cada uma destas partes.

Sejam bem-vindos ao e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 11” e boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - ENSINO SUPERIOR

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO FREIRIANA NO ENSINO SUPERIOR: A RESISTÊNCIA COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÃO	
Juliana Fonseca de Oliveira Neri Mariangela Camba	
DOI 10.22533/at.ed.5811912111	
CAPÍTULO 2	15
A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA DAS RESIDENTES DE PEDAGOGIA DO UNIFOR-MG NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Elizabeth Rocha de Carvalho Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5811912112	
CAPÍTULO 3	25
APLICAÇÃO DO TBL (TEAM BASED LEARNING) NA DISCIPLINA CIRCUITOS ELÉTRICOS II	
Geraldo Motta Azevedo Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5811912113	
CAPÍTULO 4	29
AS MÁSCARAS DA PEDAGOGIA: ANÁLISE DOS REFERENCIAIS DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO PEDAGÓGICO	
Marciléia Egidio Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.5811912114	
CAPÍTULO 5	42
AVALIAÇÃO E MATEMÁTICA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
Sandra Regina D'Antonio Verrengia Pedro Gabriel Papa Torelli Wellington Rodrigues Emídio	
DOI 10.22533/at.ed.5811912115	
CAPÍTULO 6	51
AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DAS APRENDIZAGENS EM UM PROJETO INTEGRADOR: A UTILIZAÇÃO DA ESCALA LIKERT PARA A MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS DE UM PROJETO INTEGRADOR	
Carlos David Pedrosa Pinheiro Marcos Antônio das Chagas Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.5811912116	
CAPÍTULO 7	62
COMBINAÇÃO DE SALA DE AULA INVERTIDA COM EDUCAÇÃO <i>HANDS ON</i> : UMA NOVA FORMA DE APRENDER SOBRE CÓDIGO GENÉTICO E SÍNTESE PROTÉICA	
Amanda Santos Franco da Silva Abe Andréa Castro de Lacerda Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.5811912117	

CAPÍTULO 8	68
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SUBJETIVIDADE E REFERENCIALIDADE SIMBÓLICA: A EXPERIÊNCIA DE UMA EGRESSA DO CURSO TÉCNICO EM ANÁLISES QUÍMICAS	
Paulo Cesar Fernandes da Rosa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5811912118	
CAPÍTULO 9	80
EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS DE CRATEÚS	
Natália Viviane Santos de Menezes	
Tamyllle Kellen Arruda Prestes	
Deysiele Bezerra Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.5811912119	
CAPÍTULO 10	89
FIES: UMA ANÁLISE CRÍTICO-HISTÓRICA	
Rodrigo Meleu das Neves	
Denise Lindstrom Bandeira	
Nalú Farenzena	
DOI 10.22533/at.ed.58119121110	
CAPÍTULO 11	97
O PLANEJAMENTO DA AÇÃO DIDÁTICA NA PRÁXIS DA DOCÊNCIA	
Sandra da Silva Kinalski	
Luciane Cezar Padilha	
Sandra Leontina Graube	
Vivian Lemes Lobo Bittencourt	
Eliane Raquel Rieth Benetti	
Marinês Tambara Leite	
Leila Mariza Hildebrandt	
DOI 10.22533/at.ed.58119121111	
CAPÍTULO 12	107
O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Marlene Lima Temponi	
Kíssila Zacché Lopes Andrade	
Lissandra Lopes Coelho Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.58119121112	
CAPÍTULO 13	113
PERCEPÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE NO BRASIL	
Alexey Carvalho	
Maria Alzira de Almeida Pimenta	
DOI 10.22533/at.ed.58119121113	

CAPÍTULO 14	127
REFLEXÕES DOS ALUNOS CONCLUINTES DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, NA MODALIDADE EAD, DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE	
Emerson dos Santos Lima Andréa Karla Ferreira Nunes Alessandra Conceição Monteiro Alves	
DOI 10.22533/at.ed.58119121114	

PARTE 2 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES

CAPÍTULO 15	138
A ENUNCIACÃO DA DIFERENÇA CULTURAL NOS CURRÍCULOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DO CURRÍCULO ESCRITO E SEUS USOS	
Denise da Silva Braga	
DOI 10.22533/at.ed.58119121115	
CAPÍTULO 16	151
A EXPANSÃO DA MODALIDADE EAD NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM LICENCIATURA	
Luís Fernando Correia Célia Regina Vieira Souza-Leite	
DOI 10.22533/at.ed.58119121116	
CAPÍTULO 17	162
LIMITES E POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS: SUPERAÇÃO DO COLONIALISMO	
Silvana Elisa de Moraes Schubert Maria de Fátima Rodrigues Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.58119121117	

PARTE 3 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

CAPÍTULO 18	176
A FORMAÇÃO CONTINUADA E A (TRANS)FORMAÇÃO NA REALIDADE DOS EDUCANDOS DA EJA: CUIABÁ 300 ANOS	
Angélica Kury Barros Loedilza Milícia da Silva Marilene de Souza Carvalho Zeile Lima de Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.58119121118	
CAPÍTULO 19	188
CURRÍCULO EM MOVIMENTO NA PERSPECTIVA DA EJA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA	
Cristino Cesário Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.58119121119	

CAPÍTULO 20	202
MATERIAIS PEDAGÓGICOS DO PROJovem URBANO: ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	
Jessica Thomazini Joyce Mary Adam	
DOI 10.22533/at.ed.58119121120	

PARTE 4 - HISTÓRIA E POLÍTICA

CAPÍTULO 21	214
CRÍTICOS DO <i>ETHOS</i> MODERNO E CAPITALISTA: POSSIBILIDADES DE HUMANIZAÇÃO? (!)	
Patrícia Maria Guarnieri Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.58119121121	
CAPÍTULO 22	229
DA REPÚBLICA E A ESCOLA REPUBLICANA	
Gian Eligio Soliman Ruschel Vânia Lisa Fischer Cossetin	
DOI 10.22533/at.ed.58119121122	
CAPÍTULO 23	245
DISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE: O HOMEM DE LATA X O HOMEM DILATA	
Adriana Martins Ianino	
DOI 10.22533/at.ed.58119121123	
CAPÍTULO 24	264
O INGLÊS EM ALERTA: A EXPANSÃO DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO SÉCULO XIX	
Elaine Maria Santos	
DOI 10.22533/at.ed.58119121124	
CAPÍTULO 25	275
“O QUE ACONTECEU AINDA ESTÁ POR VIR”: A MÚSICA “ÍNDIOS” E O ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL	
Fábio Chilles Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.58119121125	
CAPÍTULO 26	291
O TEMOR DA RESSIGNIFICAÇÃO DO TEMA FINANCIAMENTO PÚBLICO EDUCACIONAL NO ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO	
Roberta Maria Bueno Bocchi	
DOI 10.22533/at.ed.58119121126	
SOBRE O ORGANIZADOR	303
ÍNDICE REMISSIVO	304

MATERIAIS PEDAGÓGICOS DO PROJovem URBANO: ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Jessica Thomazini

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” - Unesp Rio Claro, SP

Joyce Mary Adam

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” - Unesp Rio Claro, SP

RESUMO: O presente artigo apresenta uma análise dos materiais pedagógicos e documentos oficiais (leis) do programa federal Projovem Urbano quanto às concepções de juventude, participação e cidadania, uma vez que um de seus objetivos é possibilitar a formação e a experiência de jovens estudantes em ações de participação e cidadania. O trabalho realizado se insere no campo das pesquisas qualitativas e como procedimentos metodológicos utilizou a pesquisa documental e bibliográfica, e como método de análise empregou a Análise de Conteúdo. As análises possibilitaram identificar elementos concernentes aos projetos políticos neoliberal e o participativo democratizante, demonstrando a presença de valores e ideias contraditórios, porém entende-se que a diversidade de posicionamentos ideológicos representa a garantia de legitimidade de diferentes demandas sociais no campo de construção das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Projovem Urbano. Juventude. Participação. Cidadania.

PEDAGOGICAL MATERIALS OF PROJovem URBANO: ANALYSIS OF THE CONCEPTIONS OF YOUTH, PARTICIPATION AND CITIZENSHIP

ABSTRACT: This article presents an analysis on the pedagogical materials and official documents (laws) of the federal program Projovem Urbano concerning conceptions of youth, participation and citizenship, since one of its objectives is to make possible the training and experience of young students in participation and citizenship actions. The work is inside the field of qualitative research and as methodological procedures a documentary and bibliographic research, and as a method of analysis employed Content Analysis. The analysis made it possible to identify elements concerning neoliberal and participatory democratizing political projects, demonstrating the presence of contradictory values and ideas, however, it is understood that the diversity of ideological positions represents the guarantee of legitimacy of different social demands in the field of public policy construction.

KEYWORDS: Projovem Urbano. Youth. Participation. Citizenship.

1 | INTRODUÇÃO

O Projovem Urbano é um programa

brasileiro, de âmbito federal, criado primeiramente junto às políticas públicas de juventude implantadas a partir de 2005 e integradas, posteriormente, às políticas públicas de educação, em 2012, como modalidade da educação de jovens e adultos. O programa objetiva que jovens de 18 a 29 anos, que não tenham concluído o Ensino Fundamental, possam retomar seus percursos escolares a partir de uma proposta que integra a formação básica à qualificação profissional e o desenvolvimento de experiências de cidadania direcionadas à comunidade (BRASIL, 2012a).

Considerando o Projovem Urbano como uma ação governamental direcionada aos jovens e sua relação com a educação, o trabalho e a cidadania o presente trabalho reflete, de forma sintética, uma pesquisa que objetivou analisar os materiais pedagógicos e documentos oficiais que o estruturam com vistas a identificar e analisar as concepções sobre juventude, participação e cidadania pelas quais tal política pública se embasa.

Dessa forma, este trabalho se insere no campo da pesquisa qualitativa, além de utilizar como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) e documental (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009), e como método de análise empregou a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009). Os materiais pedagógicos foram escolhidos como *corpus* documental para a análise, pois são constituídos por diversos tipos de conhecimentos, tanto do senso comum, como científicos e tecnológicos, representando valores e ideias que são veiculadas aos estudantes (SILVA; CARVALHO, 2010).

2 | ASPECTOS GERAIS DO PROGRAMA FEDERAL PROJovem URBANO

Inicialmente, o programa se caracterizou como experimental, uma vez que sua estrutura foi formulada exclusivamente para os jovens, a partir de suas particularidades, com novos paradigmas e conceitos, e pela inovação ao articular Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Participação Cidadã (BRASIL, 2012a). Entre os anos de 2005 e 2012, como meio de aperfeiçoar e adequar o programa às necessidades identificadas, foram realizadas ampliações, principalmente quanto à expansão territorial e a faixa etária, e alterações, como a nomenclatura e os objetivos. Dessa forma, a partir de 2012, o programa passou a abranger municípios com 100 mil habitantes ou mais e, desde 2008, o público alvo foi ampliado para jovens com idade entre 18 e 29 anos; sua denominação se tornou “Projovem Urbano” e seu objetivo consiste em

[...] proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre (i) Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental/EJA; (ii) Qualificação Profissional, com a certificação de formação inicial; (iii) Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade. (BRASIL, 2012a, p. 25).

Em relação à gestão do Projovem Urbano, no âmbito nacional, a partir de 2012, o Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude, tornou-se responsável por sua coordenação e execução, “Com o intuito de ampliar o escopo do Programa e incorporá-lo efetivamente às políticas nacionais de educação [...]” (BRASIL, 2012a).

Quanto à estrutura pedagógica do Projovem Urbano, este tem como dimensões curriculares a Formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã, sendo que a primeira é composta pelos seguintes componentes: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Inglês. A Qualificação Profissional Inicial é organizada em Formação Técnica Geral, Formação Técnica Específica, o Arco Ocupacional escolhido pelo Núcleo e o Projeto de Orientação Profissional. E a dimensão curricular da Participação Cidadã abarca aulas práticas e teóricas que visam a elaboração de uma intervenção comunitária e sua implementação (BRASIL, 2012a).

Quanto aos materiais pedagógicos, são compostos pelos Guias de Estudo (materiais direcionados ao uso dos estudantes) e os Manuais do Educador (compostos por textos e atividades a serem desenvolvidas pelos educadores e acompanhadas pelos jovens no decorrer das aulas), ambos são estruturados em seis Unidades Formativas, desenvolvidas em aproximadamente três meses cada, que são: Juventude e Cultura, Juventude e Cidade, Juventude e Trabalho, Juventude e Comunicação, Juventude e Tecnologia, e Juventude e Cidadania, que são temas amplos contemplados por todas os componentes curriculares e seus conteúdos, exceto a Qualificação Profissional que tem os materiais específicos.

Outro material pedagógico é o Manual do Educador: Orientações Gerais, que apresenta o projeto pedagógico do programa, além de abordar as suas principais informações, como histórico, objetivos e estruturas de funcionamento (BRASIL, 2012a).

No que tange ao projeto político-pedagógico que, Kuenzer (2005) apresenta como a expressão de “[...] consensos e práticas possíveis em um espaço escolar ou não escolar atravessado por relações de poder, concepções teóricas, ideológicas e políticas [...]” (KUENZER, 2005, p.13) que contemplam posicionamento divergentes, sendo construído por profissionais com diversos percursos de formação, o programa tem como proposta a ideia de que a integração entre os componentes curriculares contribui para o processo de formação dos estudantes, na medida em que os conteúdos elaborados foram intencionalmente inter-relacionados, inclusive com questões sociais e culturais, apontando que “Integrar significa interrelacionar dimensões ou ideias de modo a construir um todo que faça sentido.” (BRASIL, 2012a, p. 27). A integração se complementa com a ideia de interdisciplinaridade, compreendida como o acesso a diferentes conteúdos interconectados que possibilitam que os(as) estudantes possam “[...] conectá-los entre si e com sua própria vida.” (BRASIL, 2012a, p. 28).

3 | CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE E ADOLESCÊNCIA

No decorrer da história, foram construídas diversas definições sobre juventude, destacando tanto aspectos positivos, como negativos sobre os jovens, assim, ora são retratados como heróis, ora como causadores de problemas sociais. Perspectivas contraditórias que convivem na sociedade contemporânea, o que torna importante compreendermos as suas construções sociais e históricas com vistas a desmistificá-las e desnaturalizá-las, possibilitando que observemos de que modo nossas práticas e as políticas públicas podem influenciar no cotidiano dos jovens.

Segundo Abramo (1997), algumas representações e concepções que foram se construindo acerca dos jovens se originaram a partir das características marcantes da juventude dos anos de 1950 à 1990. As ações da juventude da década de 1950, por exemplo, marcaram a representação dos “rebeldes sem causa”, da transgressão das regras e normas sociais, da delinquência e da adolescência como um período propriamente tumultuado e difícil. Quanto aos jovens da década de 1960 e 1970, a imagem da juventude revolucionária e engajada na transformação social, ficou cristalizada, principalmente pelo engajamento político e cultural dos movimentos estudantis e dos movimentos *hippie*, de contracultura, pacíficos, etc. (ABRAMO, 1997). Os jovens da década de 1980, em contraposição às anteriores, foram rotulados como consumistas, individualistas, conservadores e sem compromisso social e político, enquanto na década de 1990 os jovens se destacavam, tornando-se foco da atenção dos meios de comunicação, dos pesquisadores, do poder público e das instituições que prestavam serviços sociais, tanto governamentais, quanto não governamentais. Por um lado, foram transformados em grandes públicos consumidores de produtos e programas, e por outro lado, as notícias associavam a juventude aos problemas sociais como as drogas, violência e crimes, e possíveis maneiras de solucionar tais questões (ABRAMO, 1997).

Segundo Trancoso e Oliveira (2014), o conceito de juventude possui uma complexidade, e se transforma concomitantemente às transformações da realidade, tornando inviável um conceito único, principalmente na contemporaneidade, uma vez que não se restringe apenas à idade, implicando na “[...] importância de se pensar as questões biológicas, psíquicas, sociais e culturais do desenvolvimento humano.” (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014, p. 138).

Um campo que tem contemplado a adolescência é a psicologia, principalmente por uma perspectiva que ressalta os aspectos biológicos e psicológicos como naturais e universais, partindo de uma caracterização desse momento da vida, de uma forma em que a sociedade se apropriou como algo esperado no desenvolvimento de forma universal (BOCK, 2004). Segundo Fonseca (2011), uma revisão teórica sobre o assunto constatou

[...] certo predomínio de uma visão naturalizada desse momento de vida chamado adolescência, atrelada à ideia de um desenvolvimento humano natural, que segue

uma maturação biológica por ciclos de vida e uma perspectiva universalizante, entendendo que as mudanças biológicas são comuns em todas as culturas, impingindo, necessariamente, a vivência desta fase em todas elas. (FONSECA, 2011, p. 68).

Tal abordagem do desenvolvimento humano concebe a adolescência “[...] como uma fase difícil [...], semipatológica, que se apresenta carregada de conflitos “naturais”.” (BOCK, 2004, p. 33). Para Bock (2004), essa perspectiva da adolescência como uma fase naturalmente difícil, de crise e conflituosa devido às mudanças físicas concernentes à ela, constitui uma desvalorização dos jovens e/ou adolescentes, pois são vistos como imaturos, com ideias e conflitos passageiros, que acontecem devido à idade. É possível perceber que essa visão desconfiada sobre os jovens influencia no ponto de vista dos adultos quando o assunto é a participação ou manifestação política juvenil, resultando em um descrédito de suas ações.

Já na perspectiva sócio histórica, a adolescência é entendida como uma construção social e histórica, “É um momento significado, interpretado e construído pelos homens.” (BOCK, 2004, p. 39), ou seja, diferentes sociedades e diferentes contextos históricos constroem um conjunto de interpretações acerca desse momento da vida, o que acaba se tornando referência para todos, influenciando as experiências e a construção da identidade daqueles que são caracterizados como adolescentes ou jovens e balizando o modo como são compreendidos pela sociedade. Assim, a adolescência pode ser entendida de diferentes maneiras ou mesmo não ser vista, o que dá base para negar sua naturalização, universalização e patologização (BOCK, 2004). Fonseca (2008), destaca ainda que a adolescência é entendida como parte de um processo, em que “[...] cada indivíduo [...] vivenciará de uma maneira, dependendo de sua história de vida, de suas interações, do desenvolvimento de seus interesses e de suas necessidades.” (FONSECA, 2008, p. 27).

Na área da sociologia, o pesquisador Dayrell tem contribuído para uma perspectiva aproximada a psicologia sócio histórica, abordando o jovem como sujeito social e a diversidade da juventude, entendida como “juventudes” (DAYRELL, 2001). Embasado por Charlot, o autor parte da compreensão de que todo ser humano é um sujeito e é singular, em um processo constante de construção aliando o desenvolvimento biológico às relações sociais, “[...] o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere.” (DAYRELL, 2001, p. 226), contrapondo também um ponto de vista naturalizado sobre o ser humano.

Quanto à diversidade da juventude, o termo “juventudes” é cunhado por Dayrell (2001) buscando “[...] enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes.” (DAYRELL, 2001, p. 18), uma vez que o(a) jovem é compreendido como um(a) construtor(a) de sentidos, representações e valores, que partem das suas relações sociais, contemplando seu desenvolvimento biológico e sua inserção cultural (DAYRELL, 2001), ou seja, não é um reproduzidor automático de normas socialmente

difundidas. Nesse sentido, não há uma juventude, mas “[...] sim, jovens enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem.” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 112).

No que tange as concepções de juventude, diante da diversidade apresentada, entende-se a necessidade de que as ações direcionadas aos jovens superem perspectivas contraditórias, naturalizantes e mistificadas, uma vez que estas reforçam compreensão reduzida, desvalorizando as diferentes formas de participação juvenil (FORACCHI, 1965 apud AUGUSTO, 2005; ABRAMO, 1997; BOCK, 2004).

Tendo em vista que as construções conceituais provêm de processos sociais e históricos, a perspectiva da psicologia sócio histórica abordadas por meio das pesquisadoras Bock (2004) e Fonseca (2008) foram adotadas como base teórica para as análises, compreendendo a adolescência como parte da juventude e afirmando a singularidade dos jovens na constituição de suas identidades e no modo de viver e se relacionar com o mundo.

Assumimos também, como perspectiva consonante à anterior, a abordagem de Dayrell (2001, 2007) e Dayrell e Carrano (2014) sobre os jovens como sujeitos sociais e a juventude na sua pluralidade, contrapondo novamente as caracterizações naturalizadas, compreende o ser jovem como uma construção de cada sujeito considerando seu desenvolvimento biológico aliado aos contextos culturais, sociais e históricos, pois entendemos que esta permite o reconhecimento das manifestações políticas e culturais juvenis.

4 | CONCEPÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Contextualizando o programa federal Projovem Urbano como integrante das políticas públicas de juventude e de educação, se torna importante a compreensão das ações direcionadas aos jovens, uma vez que o campo das políticas públicas revela diferentes projetos de sociedade que, ao visarem a reprodução de interesses específicos, são construídos

[...] pelas forças sociais que têm poder de voz e de decisão e que, por isto, fazem chegar seus interesses até ao Estado [...], influenciando na formulação e implementação das políticas ou dos programas de ação. (AZEVEDO, 2004, p. 60).

Segundo Momma, Cardoso e Bryan (2009) as políticas públicas podem ser compreendidas “[...] como um processo, um conjunto articulado de ações, decisões, formulação de agendas, de pessoas diversas em diálogo tenso, num movimento de disputa permanente entre determinados projetos de sociedade.” (MOMMA; CARDOSO; BRYAN, 2009, p. 20), ou seja, o Estado assume a função de mediar interesses, demandas, projetos de sociedade e expectativas, ampliando e abarcando

a diversidade que é própria da sociedade civil e suas organizações, perspectiva que supera o Estado como ator único das decisões e ações.

Como observamos, Azevedo (2004) e Momma, Cardoso e Bryan (2009) afirmam o delineamento de um projeto de sociedade em torno das políticas públicas, o que pode ser esclarecido pela definição de projetos políticos abordado por Dagnino (2004a), como um “[...] conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.” (DAGNINO, 2004a, p. 98).

Dagnino (2004b), contextualiza que foi na década de 1990 que dois projetos políticos, o neoliberal e o participativo democratizante, encontraram no campo estatal brasileiro o cenário para a disputa de ideias, valores e expectativas para as ações governamentais, a partir da institucionalização de espaços de participação da sociedade civil conjuntamente ao Estado, uma vez que o projeto neoliberal esteve predominante nos aparelhos estatais.

De forma geral, o projeto político neoliberal valoriza o individualismo, tornando cada pessoa responsável por si e reduzindo a função estatal de garantia de direitos para a sociedade civil o acesso aos direitos, focando a responsabilidade em organizações e instituições sociais que trabalham para um bem comum, mas com intuito de satisfazer necessidades individuais (DAGNINO, 2004a, 2004b). Nesse sentido, a participação política deve ser institucionalizada, o que podemos compreender como a valorização da participação eleitoral e a centralização do poder do Estado, como abordado por Bobbio (1991), contribuindo para a manutenção de uma divisão desigual do poder nas tomadas de decisão.

Enquanto o projeto político participativo democratizante sustenta a importância do Estado na garantia de direitos, afirmando um compromisso com a ampliação de espaços participativos da sociedade civil junto ao Estado, de forma a possibilitar o debate e o encontro de diferentes projetos de sociedades e perspectivas sobre os problemas sociais e suas soluções, valorizando o caráter politizado da participação e da cidadania (DAGNINO, 2004a, 2004b) e, principalmente, podendo contribuir para a superação das desigualdades sociais.

Dessa forma, apreendemos que o modelo neoliberal é contrastante ao projeto participativo democratizante, gerando um conflito de projetos políticos, uma vez que o primeiro implica em um Estado que transfere responsabilidades para a sociedade civil, desobrigando-se gradativamente da garantia de direitos, enquanto o segundo prevê o compartilhamento das tomadas de decisão estatal com a população, ou seja, a participação popular e a ampliação da cidadania, que implica em direitos assegurados pelo Estado (DAGNINO, 2004b).

A partir disso, afirmamos a possibilidade de contribuição da perspectiva do projeto político participativo democratizante quanto à formação em participação e cidadania para a juventude, uma vez que contornos neoliberais, que partem de uma concepção individualista e focada no mercado de trabalho, se contrapõe à criação de

novos direitos e constituição de uma sociedade participativa e democrática.

5 | ANÁLISES DAS PERSPECTIVAS E CONTRADIÇÕES ACERCA DA JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA DO PROJovem URBANO

Entre as concepções do programa Projovem Urbano quanto à juventude identificamos a valorização das expressões juvenis, do jovem como “sujeito de direitos”, como no trecho a seguir: “[...] o jovem como sujeito de direitos, valorizando suas expressões culturais, seus saberes, suas emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas.” (BRASIL, 2012a, p. 11). Outras perspectivas observadas foram a do “Jovem como herói, que pode transformar a sociedade” e da sua importância na contribuição para o desenvolvimento, destacando que

O Projovem Urbano acredita que você [jovem estudante] tem potencial para promover grandes transformações na sociedade brasileira, e sua participação é muito importante para o desenvolvimento do país. (BRASIL, 2012b, p. 280).

Porém, contraditoriamente, afirma a necessidade de

Investir em programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro de sua juventude. (BRASIL, 2012a, p. 19).

Também foi observada a questão da diversidade, em que o programa entende que

Os jovens são diferentes e essa diferenciação não acontece apenas do ponto de vista intelectual: ela diz respeito também ao nível socioeconômico, à constituição e ao modo de vida das famílias, aos valores compartilhados, às crenças, às diferentes maneiras de educar, de interpretar e acatar as normas sociais. (BRASIL, 2012a, p. 80).

Para o programa federal Projovem Urbano, “[...] o jovem já é um cidadão e sua vida escolar, sua preparação para o trabalho, bem como seu engajamento social são entendidos como exercício da cidadania.” (BRASIL, 2012a, p. 144). Esse trecho elucida a perspectiva contraditória do programa quanto à concepção de juventude aliada à de cidadania, pois valores e ideias de projetos de sociedade divergentes podem ser observados, como a valorização do engajamento social dos(as) jovens, presente na concepção do projeto participativo democratizante, e a questão da qualificação para o mercado de trabalho entendida como forma de ação de cidadania, uma compreensão neoliberal de sociedade.

Quanto à proposta de formação relacionada ao componente curricular Participação Cidadã, essa se destaca com conhecimentos e práticas relevantes para o desenvolvimento e incentivo à participação e à cidadania dos jovens. Do

mesmo modo, ressaltamos a importância da continuidade desse processo formativo, coadunando com Gohn (2011) afirmando que

[...] o exercício da democracia, em nome da cidadania de todos, é um processo, não uma engenharia de regras. Como tal, ele demanda tempo, é construído por etapas de aproximações sucessivas, em que o erro é (ou deveria ser) tão pedagógico quanto o acervo. (GOHN, 2011, p. 67).

Destacamos ainda, que apesar da proposta curricular contemplar a Participação Cidadã e a elaboração e implementação de uma ação comunitária, notou-se que os aspectos que se relacionam com a formação para a participação e a cidadania não se restringem apenas à essas atividades, de forma que todos os conteúdos e as atividades abordam, direta ou indiretamente, fatores que contribuem para a atuação participativa dos jovens, como o trabalho coletivo, o reconhecimento dos conhecimentos prévios dos(as) estudantes, o incentivo da expressão das opiniões dos(das) jovens, além da valorização das expressões juvenis, como o Hip Hop, a valorização da cultura local e a discussão e reflexão sobre temas sociais relevantes.

O programa Projovem Urbano, ao propor uma formação teórica e uma experiência prática de identificação e intervenção acerca de um problema enfrentado pela comunidade da região em que os(as) estudantes residem, possibilita um espaço de escuta, de diálogo e de reconhecimento da produção de sentidos dos jovens acerca do seu contexto histórico, social e cultural. Assim, apesar do objetivo da formação prática para participação e cidadania, através de uma ação comunitária, ser direcionada para ações sociais específicas para a comunidade local dos(as) jovens, desvalorizando a participação no diálogo e decisão acerca das políticas públicas e o caráter universal dos direitos humanos, compreende-se que a participação dos jovens no levantamento e nas ações que busquem solucionar problemas sociais pode representar um incentivo à busca por outros espaços e formas de engajamento político e de expressão participativa.

No que tange o projeto de sociedade participativo democratizante, que tem como fundamento o poder público como garantidor de direitos, entende-se que este encontra no programa federal Projovem Urbano um programa a se apoiar, na medida em que o jovem, sujeito de direitos, encontra bases para sua formação. Todavia foram identificados elementos e valores como o trabalho coletivo, a cooperação, a criatividade e a sociabilidade que também revelaram influências neoliberais, direcionadas especificamente ao mercado de trabalho, demonstrando a contradição existente nas concepções do programa.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises possibilitaram identificar que as ações direcionadas aos jovens por meio do programa federal Projovem Urbano estão relacionadas com a definição de

juventude presente na política pública, principalmente o Estatuto da Juventude, e que as legislações dos últimos anos têm contribuído conceitualmente para a compreensão do jovem como sujeito de direitos.

Quanto à formação em participação e cidadania verificamos que o Projovem Urbano, através do componente curricular Participação Cidadã e outros elementos dos materiais pedagógicos, como o trabalho coletivo e a valorização cultural, representam um incentivo para a participação juvenil, além de constituir um espaço de diálogo e de construção de sentidos para os jovens. Também foram identificados elementos que refletem projetos de sociedade tanto neoliberais, como participativo democratizantes, apresentando uma contradição nas dimensões conceituais analisadas. No entanto, na perspectiva da participação como direito e das políticas públicas como processo, entende-se que a diversidade de posicionamentos ideológicos é a garantia de legitimidade de diferentes demandas sociais.

Vale ressaltar que, ao acompanharmos o histórico do surgimento da Política Nacional de Juventude, que contou com a participação de diversos representantes da sociedade civil, pesquisas foram realizadas e instituições foram mobilizadas para realizar este projeto e, na medida em que a implicação da lei não se faz suficiente para garantir direitos, podemos observar a necessidade de que acompanhem as ações governamentais, como meio de efetivar as políticas públicas e impedir que sejam reduzidas a políticas de governo passageiras, superadas junto às mudanças no poder executivo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25-36, set./out./nov./dez. 1997. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_05_HELENA_WENDEL_ABRAMO.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

AUGUSTO, M. H. O. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-33, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12469>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

AZEVEDO, J. M. L. de A. Uma proposta analítica para a política educacional no espaço de interseção das abordagens. In: AZEVEDO, J. M. L. de A. **A Educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 57-68. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Portugal: Edições 70, 2009.

BOBBIO, N. Participação política. In: BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1991, p. 888-889.

BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20090.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Manual**

do Educador: Orientações Gerais. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, 2012a. (Coleção Projovem Urbano).

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Guia do Estudante:** Unidade Formativa I. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012b. (Coleção Projovem Urbano).

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Org.). **Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización**. Caracas: FaCes/Universidad de Venezuela, 2004a, p. 95-111. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Venezuela/faces-ucv/20120723055520/Dagnino.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

DAGNINO, E. Confluência Perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (Org.). **La cultura em las crisis latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2004b. p. 195-216. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100918083912/grimson.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

DAYRELL, J. **A música entra em cena:** o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte. 2001. 412 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/view/a-musica-entra-em-cena-o-rap-e-o-funk-na-socializacao-da-juventude-em-belo-horizonte/>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (org.). **Juventude e Ensino Médio:** sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 101-133. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo_juventude-e-ensino-medio_2014.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

FONSECA, D. C. Adolescência e Subjetividade: pressupostos teóricos para uma análise dos sentidos e significados no campo da saúde. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, v. 21, n. 36, jan./jun. 2011. Disponível em: <[://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/107066/ISSN1981-8106-2011-21-36-63-83.pdf?sequence=1](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/107066/ISSN1981-8106-2011-21-36-63-83.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 13 dez. 2016.

FONSECA, D. C. **Os profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a construção de sentidos sobre adolescência**. 2008. 250 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/17302/1/Debora%20Cristina%20Fonseca.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas? In: GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: atlas, 2002, p.41-57.

GOHN, M. da G. Participação: paradigmas, teorias, definições, representações e significados. In: GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 15-32. (Coleção questões da nossa época).

KUENZER, A. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, HISTDBR, 2005. p. 77-95.

MOMMA, A. M.; CARDOSO, L. D.; BRYAN, N. A. P. Políticas Públicas: para quem e para que projeto político-social? In: MOMMA, A. M.; LIMA, E. M. M. de; CARDOSO, L. D.; ANTUNES, M. A.

M.; BRYAN, N. A. P. (Org.). **Políticas Públicas de Educação-saúde: reflexos, diálogos e práticas**. Campinas: Alínea, 2009.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 1, n.1, jul. 2009, p.1-15. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/viewFile/6/pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SILVA, R. C. da; CARVALHO, M. de A. O livro didático como instrumento de difusão de ideologias e o papel do professor intelectual transformador. In: **IX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA. CLIMATOLOGIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**. Fortaleza: ABClima/UFCE. 2010. Não paginado. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.2/GT2_24_2004.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2015.

TRANCOSO, A. E. R.; OLIVEIRA, A. A. S. Produção Social, histórica e cultural do conceito de juventudes heterogêneas potencializa ações políticas. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 137-147, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/15.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aula 8, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 26, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 62, 63, 64, 65, 66, 75, 78, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 115, 129, 132, 134, 156, 158, 172, 176, 184, 187, 189, 192, 197, 201, 261, 276, 278, 280, 299

Aula invertida 62, 63, 64, 66

C

Circuitos elétricos 25, 26, 27, 28

Código genético 62, 63, 64, 66

Concepções de matemática 42

CREDUC 89, 90, 91

Currículo escolar 138, 146, 244

Curso de pedagogia 1, 2, 15, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 150, 303

Curso técnico em administração 127, 129, 130, 131, 132, 135

D

Diferença cultural 138, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148

Docentes 11, 16, 18, 22, 23, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 46, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 60, 64, 82, 98, 99, 100, 101, 103, 106, 113, 114, 115, 116, 118, 124, 149, 152, 167

Domínio da frequência 25, 26

E

Educação a distância 61, 105, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 151, 152, 160

Educação física 18, 105, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 194, 244

Educação matemática 42, 50

Educação profissional 68, 69, 72, 73, 75, 77, 78, 79

Educação superior 18, 73, 74, 87, 89, 91, 92, 95, 96, 98, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 125, 126, 137, 151, 155, 156, 159, 160

Endividamento 89

Enfermagem 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106

Engenharias 80, 86, 87, 120

Ensino 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 28, 30, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 52, 54, 57, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 125, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 145, 146, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 203, 212, 226, 231, 238, 241, 242, 252, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296

Ensino médio 42, 43, 49, 62, 63, 69, 84, 85, 94, 149, 157, 163, 170, 173, 175, 193, 212, 275, 276, 278, 280, 294

Ensino superior 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 13, 14, 18, 23, 33, 39, 40, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 85, 86, 87,

90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114, 115, 116, 154, 157, 158, 159

Evasão 11, 52, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 127, 128, 129, 136, 137, 143

Experiência 19, 20, 21, 22, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 109, 111, 120, 135, 136, 140, 148, 153, 158, 179, 202, 203, 210, 215, 218, 222, 223, 230, 233, 236, 243, 251, 253, 257, 279, 289

F

FIES 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96

Filtros passivos 25, 26

Formação de professores 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 23, 24, 33, 34, 40, 138, 142, 143, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 303

G

Gestão 4, 57, 60, 61, 63, 66, 90, 95, 107, 108, 109, 110, 111, 146, 179, 183, 184, 204, 213, 219, 296, 301, 302, 303

I

Instituto Federal de Sergipe 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136

J

John Dewey 68, 69, 72, 78

L

Licenciatura 17, 18, 20, 22, 23, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 47, 105, 138, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 303

M

Mão na massa 62, 63, 64

Mediação 1, 6, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 46, 135, 137, 156, 244, 247, 275, 277, 278, 289

Modalidade EAD 151, 156

Modelos didáticos 62

N

Neoconservadorismo 1, 13

P

Paulo Freire 1, 2, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 35, 176, 180, 183, 187, 226

Pesquisa 1, 15, 17, 18, 20, 21, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 60, 61, 69, 70, 78, 81, 90, 95, 98, 105, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 148, 151, 152, 153, 156, 159, 164, 170, 174, 180, 186, 188, 200, 202, 203, 212, 213, 226, 229, 243, 246, 251, 270, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 289, 290, 301, 303

Planejamento 19, 28, 32, 35, 56, 61, 63, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 132, 134, 137, 146, 182, 183, 184, 186, 301, 303
Plano de desenvolvimento institucional 101, 107, 108, 109, 112
Política de financiamento da educação superior 89
Processos acadêmicos 107, 108, 109
Produção acadêmica 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 124, 125
Projeto pedagógico do curso 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 57, 150

R

Reflexões 1, 3, 6, 8, 9, 10, 20, 33, 44, 52, 77, 105, 127, 129, 132, 135, 136, 138, 141, 147, 148, 160, 176, 179, 182, 183, 212, 220, 229, 239, 248, 262, 296
Residência pedagógica 15, 17, 18, 19, 24

S

Síntese proteica 62, 64, 65
Subjetividade 68, 78, 212, 222, 235, 238, 239, 242, 254, 259, 260, 282, 300

T

Team based learning 25, 26, 28
Tecnologia da informação 80

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-758-1

